



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA DE ELDORADO DO CARAJÁS
Procuradoria Geral do Município

PARECER 2025/PMEC

PROCESSO Nº A.2025-002 ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMIONETE CABINE DUPLA 4 X 4, BEM COMO VEÍCULO DE PASSEIO TIPO HATCHBACK 1.6, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ELDORADO DO CARAJÁS – PA (SEMED/SEMAD E SMS).

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO. LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMIONETE 4X4, BEM COMO VEÍCULO DE PASSEIO TIPO HATCHBACK 1.6, PARA ATENDER SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ELDORADO DO CARAJÁS – PA. RECOMENDAÇÕES. OPINIÃO FAVORÁVEL.

I – DO RELATÓRIO

A Diretoria de Licitações e Contratos encaminhou à assessoria jurídica o presente procedimento de Adesão à Ata de Registro de Preços, visando análise e emissão de parecer acerca da viabilidade do procedimento de locação de veículo tipo camionete, cabine dupla 4x4, bem como veículo de passeio tipo hatchback, ambos zero km para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Administração, do município de Eldorado do Carajás-PA, conforme quantidades e informações consignadas nos documentos técnicos acostados nos autos.

Os autos vieram instruídos com os seguintes documentos: Ofício nº 137/2025, de autoria da Secretária Municipal de Saúde; Ofício nº 054/2025, de autoria da Secretaria Municipal de Educação; e Secretaria Municipal de



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA DE ELDORADO DO CARAJÁS
Procuradoria Geral do Município

Administração, encaminhados ao Diretor de Licitações, solicitando providências para aquisição do objeto mencionado, via adesão.

Também foram carreados os respectivos Documentos de Formalização de Demanda – DFD; Estudo Técnico Preliminar – ETP; Cotações em portais oficiais; Dotação orçamentária; Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira; Autorização da Ordenadora de Despesas; Portaria nº 19/2025/PMEC; Portaria nº 026/2025/PMEC dispõe sobre a designação do Agente de Contratação, Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio; Portarias nºs 110 e 111/2025/PMEC dispõe sobre a designação do Fiscal de Contratos; Despacho de autuação do procedimento licitatório; Autorização pela autoridade competente; Ofício solicitando Adesão ao órgão gerenciador e à pessoa jurídica vencedora da Ata; Termo de Aceite da Prefeitura do município de Parauapebas-PA., bem como do fornecedor empresa Puma Locações & Serviços LTDA.; Ata de Registro de Preços nº 20240556 / Pregão Eletrônica SRP 8.2023-005 SEMSA; e a justificativa para a citada adesão.

Constam de igual modo os documentos de praxe da pessoa jurídica Puma Locações & Serviços LTDA., a saber: Cartão de CNPJ, alteração contratual, autenticação da JUCEPA, CNH do representante legal da empresa, alvará de funcionamento 2025, Certidão negativa de débitos do município da sede da pessoa jurídica, Certidão municipal de regularidade fiscal, negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, Certidões de natureza não tributária e tributária do Estado do Pará, Certidão negativa de débitos trabalhistas, FGTS, Certidão negativa de falência, já que as ações judiciais relacionadas são de outros temas, Atestado de Capacidade Técnica, De inexistência que emprega



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA DE ELDORADO DO CARAJÁS
Procuradoria Geral do Município

menor, balanços patrimoniais de 2022 e 2023, e CRC do contador, além de cópia de alguns documentos do processo de origem do município de Parauapebas – PA.

É o relatório. Passo ao parecer.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

Da finalidade e da abrangência da manifestação jurídica

Preliminarmente, ressaltamos que o presente Parecer é feito sob o prisma estritamente jurídico, não adentrando, portanto, na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Secretaria, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa. Em relação a estes partiremos da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade solicitante no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA DE ELDORADO DO CARAJÁS
Procuradoria Geral do Município

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação/adesão, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica, financeira ou de conveniência e oportunidade.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA DE ELTORADO DO CARAJÁS
Procuradoria Geral do Município

quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Da Adesão à Ata de Registro de Preços

Ao tratar sobre o sistema de registro de preços, a Lei nº 14.133, de 2021, prevê os órgãos gerenciador, participante e não participante.

Os conceitos constam no artigo 2º da Lei nº 14.133, de 2021, que foram reproduzidos no Decreto Municipal, o qual assim estabelece:

Lei 14.133, de 2021.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XLVII - órgão ou entidade gerenciadora: órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

XLVIII - órgão ou entidade participante: órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços;

XLIX - órgão ou entidade não participante: órgão ou entidade da Administração Pública que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços;

(...)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA DE ELTORADO DO CARAJÁS
Procuradoria Geral do Município

Em síntese, tem-se que o registro de preços deve ser conduzido pelo órgão gerenciador. Durante a tramitação do feito, no entanto, é possível a participação de outros órgãos, para integrar o registro de preços.

A legislação admite que, após a formalização da ata de registro de preço, outros órgãos e entidades procedam a adesão. Esses são considerados órgãos/entidades não participantes, sendo que a adesão deve ser realizada em observância ao que determina o artigo 86 da Lei nº 14.133, de 2021:

Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

§ 1º O procedimento previsto no **caput** deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

§ 2º Se não participarem do procedimento previsto no caput deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

§ 3º A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)

I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA DE ELTORADO DO CARAJÁS
Procuradoria Geral do Município

federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

II - por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023).

No caso em tela, busca-se adesão a atas de registro de preços pelas SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ADMINISTRAÇÃO.

Nessa perspectiva, formado o cadastro de fornecedores e produtos, com a relação das empresas, acompanhada da especificação dos produtos que elas poderão fornecer, os órgãos e entidades não participantes poderão se valer das propostas apresentadas e constantes da ARP para celebração de futuros contratos.

No entanto, em consonância com a legislação em vigor, preveem alguns requisitos para a efetivação da adesão, a saber:

Justificativa da Vantajosidade (artigo 86, §2º, I da Lei nº 14.133, de 2021):

As Secretarias em destaque apresentaram justificativas quanto a vantajosidade da adesão, constantes do DFD, bem como ETP, ambos coatados nos autos.

Justificativa do Preço (artigo 86, §2º, II da Lei nº 14.133, de 2021):



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA DE ELTORADO DO CARAJÁS
Procuradoria Geral do Município

Para que seja possível adesão à ata de registro de preços, deve ser demonstrada a vantajosidade, realizando-se pesquisa de preços. Não é suficiente a mera comparação dos valores constantes em ata de registro de preços com os obtidos junto a empresas consultadas na fase interna da licitação.

Quanto ao preço a adesão foi justificada, amparada nas pesquisas realizadas no Banco de Preços, que, em tese, atestam a sua vantajosidade para a Administração, em detrimento da abertura de certame licitatório próprio.

Consultas e Aceitação prévias do Órgão ou da Entidade Gerenciadora e do Fornecedor (artigo 86, §2º, III da Lei nº 14.133, de 2021):

Verifica-se que há nos autos consulta pela autoridade competente (Prefeito Municipal), por meio de expedientes, acerca da possibilidade de adesão à ata. O município de Parauapebas respondeu positivamente, por meio do Ofício nº1419/2025-GAB/SEMSA, além da própria empresa Puma Locações ora fornecedora, através de documento acostado nos autos.

Da vigência da ata e dos requisitos de habilitação da empresa contratante

Prosseguindo, convém registrar que o contrato deve ser assinado dentro da vigência da ata de registro de preços (ARP), nos termos da Lei 14.133/2021. A assinatura do contrato com base na ARP garante que a contratação seja feita dentro das condições e preços registrados, e que a vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) ainda seja válida.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA DE ELTORADO DO CARAJÁS
Procuradoria Geral do Município

Nesse sentido, considerando que a Ata de Registro de Preço nº 20240556 acostada nos autos está sem a devida assinatura, **torna-se indispensável à adesão e consequente assinatura do contrato, a verificação da sua vigência ou da sua prorrogação, para que a validade do contrato a ser celebrado com esta Administração Pública Municipal seja assegurada.**

Cumprir registrar, ainda, que os requisitos legais de habilitação, acerca de contratação com o município de Eldorado do Carajás estão cumpridos.

Cabe esclarecer que há previsão de diferentes espécies de limites à adesão de órgãos não participantes, dentre eles os **limites individuais e o global**, conforme previsão contida no artigo 86, §§4º e 5º, da Lei nº 14.133, de 2021, vejamos:

Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 86.

§ 4º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o § 2º deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

§ 5º O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o § 2º deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

O limite individual permite que cada órgão ou entidade não participante possa aderir a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ARP para o órgão gerenciador e órgãos



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA DE ELTORADO DO CARAJÁS
Procuradoria Geral do Município

participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

De outro lado, o **limite global** não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

Deverá a autoridade competente observar os limites estabelecidos legalmente, contabilizando as adesões já eventualmente efetivadas.

A MINUTA DO CONTRATO deverá seguir o mesmo padrão, ou seja, reunir cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie em obediência aos ditâmes da Lei 14.133/2021.

Adequação Orçamentária

A existência de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal, devidamente comprovada.

Designação de Agentes Públicos

Os arts. 7º e 8º da Lei nº 14.133, de 2021, tratam da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei, nomeando assim o Fiscal e o Gestor do contrato.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA DE ELDORADO DO CARAJÁS
Procuradoria Geral do Município

Da Publicidade do Termo de Contrato

Há que se ressaltar que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

Por fim, recomenda-se observância à Lei nº 13.709, de 2008 (LGPD), para que os contratos administrativos não mencionem os números de documentos pessoais das pessoas naturais que irão assiná-los. Os representantes da Administração deverão ser identificados apenas com a matrícula funcional. Com relação aos representantes dos futuros contratados a identificação pode ser somente pelo nome, em consonância com o contido no §1º do artigo 89 da Lei nº 14.133, de 2021, que exige apenas esse dado.

III. DA CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, **cumpridas as recomendações acima**, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência, **OPINO de forma FAVORÁVEL** pelo prosseguimento do presente processo.

É o Parecer.

É o parecer, à análise do Procurador Geral.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA DE ELDORADO DO CARAJÁS
Procuradoria Geral do Município

Eldorado do Carajás, 30 de abril de 2025.

Absolon Mateus de Sousa Santos

Assessor Jurídico

OAB/PA 11.408

Miramny Santana Guedelha

Procurador Geral do Município

Portaria nº 007/2025-GP